

## ASPECTOS SINGULARES DE RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS SURDAS<sup>1</sup>

Ernani Nunes Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe apresentar uma breve análise do modelo educacional, enquanto conceito, relacionando-o ao impacto do processo de formação escolar de pessoas surdas, falantes de Libras. Este entendimento norteará a ponderação acerca das situações relevantes na concepção de tendências teóricas que construíram o entendimento de educação inclusiva de pessoas surdas. Utilizamos de método bibliográfico na busca de referências e informações já elaboradas e publicadas por pesquisadores e teóricos que possibilitem esclarecer, aprofundar e dialogar com reflexões para o entendimento e análise do objeto de estudo desse artigo. O estudo aponta que os movimentos sociais de resistência por melhores condições existenciais têm grande impacto transformador em políticas ao serem reconhecidas as singularidades formativas de pessoas surdas. As ações afirmativas na educação, mediada pela entre outros fatores pela acessibilidade comunicacional, promovem respeito as idiossincrasias dos sujeitos inclusos na educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva; Educação de surdos; Pessoas com Deficiência; Movimentos de resistência.

### INTRODUÇÃO

A conjuntura referente à inclusão educacional não se finaliza apenas em inserir sujeitos com deficiência em escolas regulares, haja vista que, existe uma sensível problematização entre o entendimento do plano conceitual inclusivista e as experiências vivenciadas por sujeitos inseridos em espaços educacionais que alegam respeitar os princípios da inclusão escolar. A inclusão educacional desestabiliza os padrões sistêmicos estruturantes da tradição educacional registrados na história. De tal sorte, para que possamos ter uma educação inclusiva, devemos ressignificar atitudes frente ao sujeito aprendente, respeitando as diferenças. Como também, “(...) para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (MAZZOTA, 2006).

Esta reflexão propõe apresentar uma análise do modelo educacional, enquanto conceito, e o impacto desse para com o processo de formação escolar de pessoas surdas, falantes de Libras. Este entendimento nos norteará a ponderação acerca dos elementos impactantes para concepção das tendências teóricas que construíram o modelo conceitual de educação inclusiva

---

<sup>1</sup> Artigo parcialmente publicado no livro: Dinâmicas de resistência fronteiras, estratégias e mobilizações. 1ed. Goiás: Philos, 2019, v.01. p. 108 – 119.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação no PPGEdU da UFPE, Mestre em Educação Inclusiva e Licenciatura em História. Professor Assistente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação no Mestrado Profissional - PROFBIO - UFPE/UFMG. E-mail.: [ernaninribeiro@gmail.com](mailto:ernaninribeiro@gmail.com).

de surdos. O sujeito surdo que enquanto agente social tende a ter grandes fragilidade na formação educacional, muitas vezes por conta do modelo educacional que não atendem as singularidades necessárias para a formação educacional do processo cognitivo relacionado a surdez, bem como, as barreiras comunicacionais entre as línguas orais e as línguas gestuais. O movimento educacional, que por séculos excluiu muitos de seu meio, evidenciou simultaneamente um movimento de resistência para que os sujeitos que não tinham acesso aos bens culturais promovidos pela formação escolar pudessem usufruí-los. As ações para si existir enquanto sujeito potencial de investimento de aprendizagem na escola, muitas vezes, foram traduzidas como uma necessidade constante de resiliência.

Por conseguinte, a educação tende a ser a estrutura social de maior impacto no quesito de difundir capitais simbólicos na formação de sujeitos, reabastecendo e ressignificando as gerações para serem pertencentes da concepção de realidade herdada pela comunidade a qual o sujeito é legatário. Ao invocarmos a educação no plano conceitual, entendemos que essa é composta por diversos elementos constituídos de significantes. Entre eles estão o fator histórico, as questões políticas, o modelo curricular de conteúdo, os métodos avaliativos, entre tantos outros elementos.

Ademais, o processo de ensino e aprendizagem foi culturalmente construído na modernidade, com elementos da herança iluminista como uma forma de traduzir a realidade para educandos, e assim, esses possam se apropriar de instrumentos para se relacionar com o mundo. Ao analisarmos com atenção a história dos modelos educacionais, entendemos que no passado a escola se estruturava para poucos escolhidos, oriundos hegemonicamente de classes sociais de poder econômico e tradição religiosa. Nesse contexto, as pessoas desprovidas de bens capitais e, assim, de classes sociais subjugadas, estavam excluídas total ou parcialmente do acesso ao processo de ensino-aprendizagem promovido pela educação formal. Os elementos que constroem as teias das relações sociais que consideramos naturais são, na verdade, conjecturas sociais. Aparentemente, esta afirmação se apresenta como óbvia. E é justamente na obviedade dos elementos factuais das experiências vividas no senso comum que tendemos a naturalizar ações sociais (BOURDIEU, 2007).

Com tal fim, as situações que constroem as teias das relações sociais são processos de legitimação de um poder simbólico que regulamenta uma sistemática social em detrimento a outra. Os dominantes<sup>3</sup> constroem símbolos aceitáveis para os próprios pares. Esses símbolos

---

<sup>3</sup> Cada campo carrega consigo valores culturais necessários e exclusivos da classe que o domina (BOURDIEU, 2007a). Tais valores são classificados internamente no campo, como padrão para atuação

perpassam por um conjunto de disposições para agir, socialmente explicáveis, socialmente construídos e que não passa pela consciência de quem age (BOURDIEU, 2013).

A partir dos registros e memórias historiográficas podemos compreender que o modelo educacional apresenta a tendência a centralizar no docente o protagonismo da sala de aula, sendo assim, esse rege o conhecimento escolhido e disponibiliza para os estudantes (SAVIANI, 2007). O docente, aprende na sua formação de professor a instrumentalizar o conhecimento fatiando-o e módulos e, na maioria das vezes dissertando-o para registro dos discentes, atendendo assim aos Planos Nacionais e Planejamentos das Instituições.

Ao chamarmos a atenção para o juízo dos elementos que compõe a inclusão educacional, compreendemos que este se apresenta num primeiro momento na perspectiva do plano conceitual e para tanto, entendemos que todo constructo fenomênico não se apresenta apenas enquanto fenômeno linguístico. A experiência da realidade, o processo de conceituar, e o impacto das relações entre os agentes sociais estão intimamente interligados na questão de nomeação enquanto mediador do indicativo de um ritual para além da língua.

Em suma, ao pensarmos sobre as estruturas que estão entrelaçadas na concepção da educação, entendemos que o legado educacional apresentou uma tendência historicamente construída a privilegiar um modelo que tendeu a evidenciar sujeitos oriundos de grupos sociais que já haviam se adequado às estratégias da educação pela herança familiar. O ponto em questão que abordamos neste estudo está na perspectiva que muitos dos que não estavam enquadrados neste modelo tiveram que lutar para serem notados e reconhecidos como existentes. A resistência neste momento foi crucial para que houvesse um despertar social para que a própria estrutura educacional fosse obrigada a se reestruturar para atender singularidades de sujeitos em seu seio.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza de cunho qualitativo, por considerar que os procedimentos para coleta, tratamento e análise dos dados são construídos pelo próprio objeto a ser pesquisado (BAUER; GASKELL, 2005; CHIZZOTTI, 1997). Além disso, utilizamos de método bibliográfico na busca de referências e informações já elaboradas e publicadas por pesquisadores e teóricos que possibilitem esclarecer, aprofundar e dialogar com reflexões para o entendimento e análise do objeto de estudo neste artigo (ALVES-MAZZOTTI, 1999). No

---

neste espaço social. Os sujeitos melhores posicionados no campo são preparados desde sua infância com instrumentos sociais para melhor atuarem no campo e essa somática de elementos se caracteriza em capital, neste caso, cultural, entranhados em habitus (BOURDIEU, 2007a). A bagagem familiar tem significativo impacto na definição do destino escolar (BOURDIEU, 2013).

processo reflexivo, fazemos uso de análise crítica, pois buscamos desvelar as interconexões entre os fenômenos, bem como as relações das partes com a totalidade, a historicidade dos fenômenos e as suas contradições.

## **AS SINGULARIDADES DO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS SURDAS**

A realidade pós-moderna contém paradoxos que são incompreensíveis nos termos das categorias tradicionais. Ninguém sabe mais onde está situado. As respostas simples do passado não são mais suficientes para definir uma orientação político-educacional que responda aos objetivos de democracia e equidade na distribuição do conhecimento. O olhar para o passado não tem nenhuma pretensão de análise histórica. Tenta ser um instrumento para entender aquilo que está mudando. O olhar para o futuro tampouco pretende anunciar o que virá, mas chamar atenção sobre para onde deveríamos orientar nossas ações (TEDESCO, 1995).

A crise da educação na contemporaneidade já não se apresenta como um fenômeno de insatisfação no cumprimento de demandas relativamente estabelecidas, mas como uma expressão particular da crise do conjunto das instâncias da estrutura social: desde o mercado de trabalho e o sistema administrativo até o sistema político, a família e o sistema de valores e crenças (TEDESCO, 1995). A escola é uma instituição conservadora e a pedagogia reproduz, agrava segregações e constrói rótulos — na maioria das vezes, baseada em inteligência, classes sociais ou, até mesmo, “dons”. Logo, podemos compreender que as ações humanas são concebidas por sistemas de representações que, em sua maioria, estão fora do alcance do ator social.

De certo, reforçamos que os sujeitos com deficiência, na maioria dos casos, assumem uma dupla exclusão: além de muitos pertencerem a classes menos favorecidas de capital monetário, ainda apresentam a deficiência que, somada às barreiras atitudinais<sup>4</sup>, negam o acesso a muitos bens sociais. Bourdieu (1989) nos alvitra que a arbitrariedade cultural ou imposição de cultura é classificada por como “violência simbólica”. A consolidação da violência simbólica permite que a escola reproduza relações díspares. Sendo assim, essas

---

<sup>4</sup> São atitudes apresentadas muitas vezes como preconceitos explícitos ou mascarados para com pessoas que não estão dentro de um padrão culturalmente estabelecido. Sabendo que muitos preconceitos surgem de crenças e valores culturalmente transmitidos e que estas crenças se transformam em estereótipos, tais atitudes podem configurar barreiras que se configuram em ações, posturas e até medos que permeiam o preconceito. Tais barreiras são expressas na linguagem, tanto quanto em ações ou omissões em relações sociais. Pessoas com deficiência, negros, bem como, qualquer pessoa que são estigmatizadas pelo padrão estabelecido por uma cultura e acabam sendo vitimadas recebendo muitas vezes rótulos como de limitados ou incapacitados pra exercerem papéis sociais que lhe são de direito.

relações são reproduzidas de maneira diferenciada, os sistemas de ideias dos grupos predominantes exercem a violência mediante forças simbólicas. Força as pessoas a pensarem e a agirem de tal forma que não percebem que acabam por legitimar tal ordem vigente.

A “violência simbólica” materializada em barreiras atitudinais gera consequências que ferem a dignidade, a integridade, a capacidade de ser cidadão, a condição humana nos âmbitos social, político, cultural e moral. Além disso, a autoestima sofre alterações, pois o sujeito, muitas vezes, pode interiorizar os aspectos negativos e assim se fechar ao resto do mundo. O processo educativo para pessoas com deficiências é uma ação coercitiva, definindo a ação pedagógica como um ato de violência, de força. Uma vez que, na maioria dos modelos educacionais são os sujeitos com singularidades educacionais que tendem a se adequar às estruturas didático-pedagógicas para que possam ser educados.

Em outras palavras, ao assumirmos que a “violência simbólica” pode ser materializada em barreiras atitudinais perceberemos em discursos latentes ecoados em espaços educacionais, que não compreendem as singularidades de pessoas com deficiência, que esses educandos têm um tempo de aprendizagem diferente dos demais da sala. E que ao invés de compreender e sanar o problema, tendem a categorizar estes educandos como problemáticos. Só para ilustrar, educandos com deficiência em muitos casos são sujeitos com problemas na visão e ainda sem o diagnóstico, ou alunos com baixa visão, com deficiência intelectual, cegos, surdos, obesos, depressivos, de baixo capital cultural, econômico, tantas outras possíveis características. São ignorados em planejamentos, aulas e tarefas escolares, haja vista que o modelo educacional foi modelado para um padrão predominante de sujeitos que atende aos princípios de normalidade culturalmente construídos para o processo educacional (RIBEIRO; SIMÕES; PAIVA, 2017).

Como já mencionado, os problemas referentes à inclusão social não se finalizam apenas em inserir sujeitos com deficiência em escolas regulares. Pois, para Bourdieu (1992), os indivíduos e as instituições que representam as formas predominantes de sistemas de ideias que categorizam os sujeitos a partir de capitais culturais e as estruturas da educação regular, buscam manter sua posição privilegiada, naturalizando seus bens culturais.

Para Bourdieu (2011), as disponibilidades dos agentes que chegam ao entendimento das estruturas dos modelos de dominação tendem a se apresentar como: aceitação e subversão. A aceitação de sua condição de inferioridade ou mesmo de incapacidade de equiparação pode ou não se seguir de um esforço de adaptação e conversão aos padrões, neste caso, apresentados na escola regular. A outra possibilidade, a subversão do sistema dominante, nem sempre é

possível. Porém, se apresentam enquanto resistência à manutenção das marcações dominantes. Os movimentos de resistência de pessoas com deficiência, ao lutarem por seguridade de direitos e espaços de ascensão social, exemplificam isso.

Uma ideologia é um processo de legitimação de um poder simbólico regulamentando uma sistemática social em detrimento a outra (CATANI, 2017). Os dominantes constroem os símbolos aceitáveis para os próprios dominantes.

Bourdieu (2008) escreveu:

As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. (BOURDIEU, 2008, P.82)

Esses símbolos perpassam por um conjunto de disposições para agir, socialmente explicáveis, socialmente construídos e que não passa pela consciência de quem age. Bourdieu (2017) explicou que os dominantes tenderam a adotar estratégias para conservação da legitimação simbólica de poderes em espaços sociais.

Sujeitos com deficiência e no caso de sujeitos surdos falantes apenas de língua de sinais tendem a chegar aos espaços legítimos de poder em desvantagem, em virtude das lacunas apresentadas pela falta de acesso aos capitais disponíveis, muitas vezes sem a devida acessibilidade. Os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como apenas o resultante de um esforço recompensado.

Uma mostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos educandos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto alimenta (BOURDIEU, 1992). A baixa expectativa de investimentos em capital cultural pode ser exemplificada com o entendimento de muitos estudantes, que, ao terminarem a educação básica, projetem de alcançar um emprego, por não vê sentido, muitas vezes, em continuar estudando por mais 4 ou 5 anos na formação universitária.

O modelo, tal qual como se apresenta na atualidade, obriga aqueles que não são pertencentes do grupo de maior influência social tendem a sentirem dificuldades à adequação da cultura de elite via amoldamento de seus bens culturais. Concomitantemente, esses sujeitos por não se adaptarem tendem a ser marginalizados. Um exemplo seria o caso de sujeitos com deficiência ao serem integrados em escolas regulares, sem as devidas garantias de

acessibilidade, não conseguem, muitas vezes, adaptar-se e passam a sofrer barreiras atitudinais (SÁ, 2010).

## **A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS – RESISTÊNCIA, EXISTÊNCIA E RESILIÊNCIA**

Bourdieu (1989) ao tentar se afastar de uma concepção materialista estreita de poder e desigualdade passa a introduzir os conceitos de capital cultural, social e simbólico. Na teoria do sociólogo francês, todo o indivíduo tem um portfólio de capital que é validado como escalas de apropriação destes elementos. Os capitais totais construídos em *habitus* e dispostos em campos sociais dão ao agente condições de melhor disputar posições nas relações de interesses em espaços de poder.

Vasconcelos (2018), em sua pesquisa “Histórias e memórias de lideranças surdas em Pernambuco”, propôs, em uma dimensão teórica, apresentar um diálogo entre a história dos movimentos sociais de pessoas surdas em Pernambuco com questões legais e políticas públicas que permearam a trajetória da educação de surdos. A pesquisadora analisou a constituição da pessoa surda no Estado de Pernambuco e buscou aprofundar o entendimento sobre como se formou o coletivo surdo quanto ao domínio e uso da língua de sinais, a fim de apontar as contexturas dos aspectos dos movimentos sociais frente ao papel da educação.

Para tal fim, Vasconcelos (2018) aponta que:

Dessa forma, acredito que o mais importante para esse momento é deixar registrado que as histórias de vida, que também foram movidas pela força, bravura e coragem de verdadeiros Leões do Norte, aqui narradas e desveladas por Manoel Káter, Terezinha, Magda, Paulo Lira, Manoel Rosa, Armando, Antônio Cardoso, Climério, Gutemberg, Felipe e Erikson, em suas singularidades, mostraram histórias e memórias fundamentais para se analisar a constituição da pessoa surda no estado de Pernambuco. (p. 228)

Os resultados obtidos pela pesquisa de Vasconcelos (2018) evidenciaram que o desenvolvimento humano não se restringe apenas ao fator biológico, mas abarca o histórico, o humano e o social. A análise fez uso teórico de abordagem cognicista com o fundamento de Vigostyky, e as reflexões dialogam para a língua e movimentos sociais. Sua pesquisa tem aspectos inovadores sobre a abordagem do Ser surdo que pode ser melhor compreendido pela sua totalidade histórica e pela inquietação dialética da vida humana. Nas narrativas de história de vida de sujeitos, o pressuposto de que o homem nasce em contexto social e torna-se humano nesse processo. Além disso, o próprio desenvolvimento humano é composto por relações sociais.

Ao enfatizarmos a problemática do sujeito surdo, fica mais evidente a inclusão excludente, haja vista que não ter o processo de apropriação linguística no primeiro desenvolvimento da infância, em que crianças ouvintes adquirem nos primeiros anos de vida, já deixa o sujeito em real desvantagem. Além disso, se considerarmos o fato de que vivemos em sociedades, majoritariamente, de falantes de línguas orais, logo, os sujeitos que não se comunicam por meio desse tipo de modalidade linguística sofrem limitações nas interações sociais. O grande desafio do educando surdo em escolas regulares é a acessibilidade comunicacional. Comumente, os sujeitos surdos são vistos a partir da perspectiva patológica, como aqueles que apresentam uma perda auditiva, independente de qualquer conceituação audiológica (PERLIN; STROBEL, 2006).

Vasconcelos (2018) nos relata que foi a partir da década de 1960, no Brasil, que na trajetória educacional surgiram conquistas legais, políticas e sociais na comunidade surda que atravessou diversos movimentos de lutas, com realizações positivas, sucessos e fracassos. Foram necessárias mobilizações, passeatas, reuniões, assembleias, debates e tantos outros movimentos de resistência e luta na garantia da seguridade dos direitos educacionais dos sujeitos surdos.

Esses movimentos sociais e de resistência por melhores condições de existência tiveram grandes impactos transformadores em políticas que passaram a abrir espaços para os diálogos e assim criar ações afirmativas para o acesso de sujeitos, que outrora não eram respeitados. Vivemos num momento histórico de constantes movimentos na luta pelo reconhecimento da pluralidade humana. Mediante a legislação e lutas em prol de empoderamento e de espaços muitas vezes limitados a sujeitos de campos sociais bem determinados, comunidades de pessoas fora do padrão ou modelo estereotipados por habitus legitimadores de modelos hegemônicos de dominação são rerepresentados por novas estruturas sociais (RIBEIRO; SIMÕES; PAIVA, 2017).

Embora os movimentos sociais tenham dado visibilidade na busca de seguridade dos direitos educacionais com melhores condições de acesso e permanência, ainda se faz necessária constante vigilância para que essa seguridade social continue a ser garantida com qualidade. É mister compreender que a humanidade é plural. Todavia há uma tendência em mascarar este fato, e defender que somos homogêneos. Uma vez que o reconhecimento de singularidades obrigaria a educação a ser ressignificada em suas bases mais estruturais, e não apenas adaptada (TEDESCO, 1995).

A educação inclusiva é pensada, na maioria das vezes, como uma adaptação da educação tradicional. Em que se busca tecnologias para minimizar o impacto das singularidades de sujeitos com especificidades na aprendizagem. Nessa conjuntura, a inclusão educacional deveria ser mais que uma adaptação do modelo vigente. Conseqüentemente, se faz necessário mudar o foco, e ter no discente o protagonista do processo de ensino-aprendizagem. As singularidades dos sujeitos devem ser contabilizadas nas estruturas de planos de ensino.

Por fim, percebemos que há uma sensível problematização entre o entendimento conceitual e as reais propostas inclusivas. No plano do real significado, o modelo de inclusão escolar ainda é insuficiente para atender efetivamente aos sujeitos que estão enquadrados e dependentes deste movimento.

É a partir dessas premissas que entendemos, que as lutas sociais, muitas vezes, tendem a trazer o foco para a quebra da naturalização das ações que tiram da sociedade a responsabilidade de seus atos. Podemos, neste contexto, partir assumir a ideias de que a proposta da educação inclusiva, enquanto resistência, tem como uma das suas características formar sujeitos para ocuparem espaços de específicos de legitimação de poder. A resistência, neste quesito, tende a contrariar as regras postas e apresentar novas formas de pensar as normas. O acesso a educação de qualidade tende a dar significativas contribuições e estratégias para que o sujeito tenha empoderamento para ocupar espaços que sem a formação adequada não teria acesso (RIBEIRO; SIMÕES; PAIVA, 2017).

Sem resistir, sujeitos com histórico de exclusão social, tendem a ter maior dificuldade de acesso a espaços de empoderamento social. A grande na maioria nem vislumbram tais espaços acreditando na impossibilidade de alcançá-los. Os sujeitos que não conhecem as teias do poder e estratégias de legitimação, apresentam mais dificuldades de ascender a melhores condições existenciais (BOURDIEU, 1995).

Os movimentos de resistência têm um papel de relevância histórica na promoção de evidenciar a disparidade social. É no movimento de compreensão dos emaranhados das legitimações sociais que encontramos brechas de rupturas de modelos vigentes que não respeitam e nem dão acesso aos que não se enquadram às estruturas de poder modeladas ao longo da história. Os sujeitos surdos por não terem acesso a língua de dominação social e por não terem as devidas acessibilidades no processo educacional passaram por diversas experiências de exclusões. Assim como nos relatou Vasconcelos (2018), o movimento de resistência e resiliência de luta das comunidades de pessoas surdas evidenciaram a

problemática de sua singularidade. Foi no movimento de resistência que se empoderaram por melhores condições educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O credo do século XXI é que cada pessoa é única, cada pessoa é ou deveria ser livre, cada um de nós tem ou deveria ter o direito de criar ou construir uma forma de vida para si, e de fazê-lo por meio de uma escolha livre, aberta e sem restrições. A socialização atual enfrenta a perda de ideais, a ausência de utopia, a falta de sentido. A perda de finalidades faz desaparecer a promessa social ou política de um 'futuro melhor'.

Agora a crise implica em modificar orientações e comportamentos. Há algumas características centrais que prefiguram a sociedade do futuro. A competição exacerbada pela conquista de mercados está modificando os padrões de produção e organização do trabalho. As novas condições de produção, baseadas no uso intensivo de conhecimentos, têm um potencial de exclusão muito significativo, garantindo inclusão de poucos.

O modelo tradicional de educação tende a atribuir ao sujeito social a responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem, deixando claro que cabe a ele a tarefa de dar conta de todas as demandas. Além disso, perpetua-se o entendimento acerca da meritocracia, com a ilusão de que a origem social e a herança de capital cultural não seriam fatores determinantes para que o agente seja um candidato aos melhores espaços de poder (BOURDIEU, 2007). Ilusão que se propaga sobre a ideia de que qualquer um pode chegar a estes espaços.

Destarte, quem está incluído não percebe a necessidade da inclusão. Só estando fora que se pode perceber as reais artimanhas que as relações sociais atribuem ao processo de sociabilidade. Movimentos sociais de resistência por melhores condições de existência tiveram e tem grande impacto transformador em políticas para a abrir espaços para os diálogos e assim criar ações afirmativas para o acesso de sujeitos, que outrora não eram respeitados.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. F. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas SP. Papiros, 2011.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\_\_\_\_\_. **Lições da aula**. Ática, São Paulo, 1995

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

HARARI, Y. N. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. Editora L&PM. Rio Grande do Sul, RS: 2015

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

RIBEIRO, E. N; SIMÕES, J. L; PAIVA, F. da S. **Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu**. V. 5, N. 2 (2017): REVISTA OLH@RES (2017). VOLUME 5, NO.2

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007

TEDESCO, J. C. **El nuevo pacto educativo: educación, competitividad y ciudadanía en la sociedad moderna**. Madrid, Anaya, 1995.

VASCONCELOS, N. A. e L. M. de L. **Histórias e memórias de lideranças surdas em Pernambuco**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ SP. 2018